

Microcrédito e Pobreza: Um Diálogo Possível?

Autoria: Claire Gomes dos Santos, Rosinha da Silva Machado Carrion

Resumo

O microcrédito tem sido colocado por muitos acadêmicos, bem como por organizações multilaterais, como uma alternativa viável para o enfrentamento das desigualdades associadas à mundialização. No entanto, é discutível sua contribuição para a solução de um problema complexo como a pobreza, com exceção de alguns grupos sociais em situação de precariedade extrema. O presente artigo, de caráter teórico, tem por objetivo investigar se o *mainstream* das ciências econômicas prevalece nas práticas de microcrédito para os pobres, ou se é possível perceber algum movimento em direção a novas modalidades de crédito, mais ajustadas às especificidades de outras noções de pobreza. Neste sentido, abordam-se três diferentes enfoques sobre pobreza, apresenta-se uma noção de microcrédito e, na seqüência dessa apresentação inicial de conceitos, propõe-se uma breve reflexão sobre como pobreza e microcrédito têm dialogado entre si. Por fim, seguem algumas considerações finais.

Introdução

Faz certo tempo que o microcrédito¹ vem sendo apontado como uma das soluções mais indicadas para “diminuir a quantidade de pobres no mundo” (YUNUS, 2003). Esta é a justificativa mais freqüentemente utilizada para descrever essa modalidade de crédito que se destina especialmente a pessoas que não têm condições de oferecer garantias a um banco como contrapartida da tomada de um empréstimo e que alcançou visibilidade internacional a partir do caso de sucesso ocorrido em Bangladesh por meio do Grameen Bank (YUNUS, 2003).

Entretanto, como apontado por Dupas (1999) e Souza (2006), a noção de pobreza é polissêmica, comporta múltiplas formas e expressões, o que remete a problemáticas igualmente distintas. O que faz crer, portanto, na inexistência de uma solução única para enfrentar a pobreza. Nesse sentido é que se justifica abordar esta temática paralelamente à questão do microcrédito.

O microcrédito tem sido colocado como uma alternativa aos problemas derivados da globalização excludente produzida em escala mundial. No entanto, é discutível sua adoção como solução para problemas complexos como a pobreza e a desigualdade. Principalmente em se tratando de países e regiões em que as condições de vida não se mostrem tão penosas como em Bangladesh, como se pode perceber pelo trecho a seguir:

Pelo menos 40% da população do país não chega a satisfazer as necessidades alimentares mínimas. Devido à subnutrição, o tamanho e o peso médios da população estão diminuindo. O analfabetismo atinge 90% da população de Bangladesh. Classificado anteriormente como país de categoria 2 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Bangladesh regrediu para a categoria 3, a dos países nos quais o risco de contrair malária e outras doenças tropicais é mais elevado. (...) A densidade populacional é de nada menos que 830 habitantes por quilômetro quadrado. A título de comparação, na Europa essa densidade só seria obtida concentrando-se no território da Baviera toda a população do Reino Unido, França e Irlanda. Uma enorme quantidade de homens e mulheres vive nas ruas, descalços, sem água limpa nem teto para se abrigar (YUNUS, 2003, p. 7-8).

Entende-se, assim, que o primeiro aspecto a ser ressaltado quando se analisa o sucesso do Grameen Bank é a singularidade do contexto de Bangladesh, onde a condição de vida apresentada é das mais despojadas, e as privações pelas quais seu povo passa podem ser

observadas em seus termos mais absolutos, uma vez que se nota carência de tudo aquilo que é minimamente necessário para que se preserve a dignidade humana.

Assim, neste trabalho são abordadas diferentes noções de pobreza, apresenta-se o microcrédito voltado para os pobres e, na seqüência dessa exposição inicial de conceitos, propõe-se uma reflexão acerca de como pobreza e microcrédito têm dialogado entre si. Por fim, seguem algumas considerações finais.

1 Diferentes Noções sobre o Conceito de Pobreza

De acordo com Salgado (2005), a questão da carência social e econômica, bem como da abundância, teria sido tratada fundamentalmente nas ciências sociais por meio de duas vertentes intelectuais: a liberal e a marxista. Conforme a tradição liberal, a realização do homem se daria na esfera do mercado e o problema da carência seria resolvido por meio de uma maior oferta de oportunidades. Já a vertente marxista (que tem por base a realização do homem na esfera da produção pela via do trabalho não-alienado) postula que o problema da carência (alienação-exploração do trabalho) seria resolvido por meio da ação violenta da classe operária.

Para o autor, no entanto, “hoje em dia nenhuma destas tradições são viáveis para explicar e, menos ainda, para dar solução ao dilema da justiça liberal ou da exploração marxista” (SALGADO, 2005, p. 237). Para justificar sua afirmação, ele apresenta dois tipos de argumento. O primeiro, é que tendo a noção de pobreza sido cunhada no século XIX, ela teria perdido boa parte de seu significado no mundo moderno, e seria inadequada para dar conta, de modo abrangente, do problema da carência social e econômica, tal como ele se apresenta no contexto contemporâneo. Já no segundo, ele aponta a própria descaracterização pela qual esse fenômeno tem passado, ao ser manipulado por visões apoiadas no paradigma positivista, o qual postula a neutralidade da técnica e a objetividade das ciências.

Ainda conforme Salgado, tais abordagens (que ele classifica de “tecnicistas”) falham tanto no plano teórico (também ético e político) como metodológico, e os indicadores macro e microsociais que utilizam revelam-se inadequados para dar conta da complexidade do problema que se propõem a explicar. Os macrossociais seriam abrangentes demais, e os micro não seriam capazes de dar conta do conjunto de carências que fazem parte da vida cotidiana dos pobres, as quais teriam desdobramentos em termos de classes sociais, raças, faixas etárias, gêneros, regiões, entre tantos outros fatores.

Se a pobreza vem sendo considerada um fenômeno multidimensional (uma tese já bastante difundida — tanto no ambiente acadêmico como nas publicações de organismos internacionais que lidam com o problema), a consciência do fato não está sendo acompanhada de medidas que assegurem a conjunção de diferentes disciplinas para tratá-la. Paralelamente, pode-se ainda argumentar que retratos instantâneos de uma determinada realidade social (como é o caso da pobreza) são insuficientes para se entrever o caráter dinâmico das carências sociais, dada sua natureza mutável.

Índices de pobreza contribuem, sem dúvida, para a definição de políticas públicas na medida em que permitem, por exemplo, comparar a situação de diferentes localidades num dado momento histórico e orientar prioridades. O que se questiona é sua confiabilidade como ferramenta teórica para interpretar situações complexas e responder, por exemplo, por que uma determinada carência se manifesta em uma sociedade, e não em outra.

Uma situação que sobressai no debate é a existência de um importante avanço nas questões tecnológicas (...), há construções tecnológicas notáveis em torno do conceito [de pobreza]. Avanços que contribuem, como já dissemos, para o projeto de políticas públicas mas que não resolvem o problema teórico e científico da carência social: como esta se explica, como se reproduz, o que significa para a vida cotidiana

das pessoas e grupos sociais, como e em que sentido degrada a condição humana. (...) Por isso tudo acho que, no final das contas, o conceito de pobreza é, hoje em dia, uma teoria de baixo perfil para explicar os processos de carência das sociedades, em particular das sociedades da América Latina, onde a carência representa um sistema de desigualdades cravadas numa pesada carga histórica (SALGADO, 2005, p. 240-241).

A seguir, sem qualquer pretensão de esgotar o tema, são apresentadas três das principais abordagens utilizadas para tratar da problemática da pobreza

1.1 Pobreza como Carência no Atendimento de Necessidades Essenciais

De acordo com Salcido (2005), as necessidades essenciais devem ser diferenciadas dos bens destinados a satisfazê-las. Assim, as necessidades essenciais

são conceitualizadas como aquelas que surgem de nossa necessidade de abrigo, de alimentação e de convivência social, tais como a saúde e a educação. A isso se une a aspiração de viver uma vida longa e saudável, bem como com dignidade, que se associa com a vontade de viver e se realizar como ser humano (SALCIDO, 2005, p. 130-131).

Por sua vez, os bens que as satisfazem são destinados a atender necessidades essenciais, tais como: as de alimentação, moradia, saúde, educação e vestimenta, as quais viriam a somar-se a outros tipos de necessidades, como as relacionadas a um vida longa e digna.

De acordo com Salgado (2005), o pensador liberal que obteve maior êxito ao trabalhar a questão das necessidades (carências essenciais) como uma questão moral foi Amartya Sen (2000). Este autor não apenas teria traduzido as necessidades e oportunidades em termos de capacitaçõesⁱⁱ, mas também teria introduzido na discussão o elemento da liberdade como algo representativo da sociedade moderna. Salcido (2005), no entanto, levanta uma questão relativa a quem caberia a responsabilidade de satisfazer tais necessidades: se ao indivíduo, à esfera pública, ou à esfera privada, e também sobre quais bens recairiam sob a responsabilidade de qual domínio.

Adam Smith (1981) já discutia sobre as necessidades humanas e as condições de vida em termos mais amplos, o que faz parte da abordagem das capacitações de Sen (2000) em um sentido mais restrito. Em determinada passagem, Smith (1981) discorre acerca da possibilidade dos indivíduos poderem aparecer em público sem sentir constrangimento como uma necessidade essencial. Nesse sentido, o autor enumerou alguns exemplos de costumes diferenciados na Escócia e na Inglaterra, embora a época fosse a mesma (segunda metade do século XVIII): enquanto na Inglaterra usavam-se sapatos de couro e camisa de linho como símbolos de um mínimo de dignidade, o costume era o de se andar descalço na Escócia. Dessa maneira, Smith (1981) chegou à conclusão de que as necessidades das pessoas eram, em grande medida, pertinentes ao meio em que se encontravam inseridas.

No que se refere especificamente à América Latina, percebe-se o conceito de necessidades estreitamente relacionado à carência de bens básicos (alimentação, saúde, educação, acesso a serviços públicos essenciais, etc.). Isto enfraquece uma possível riqueza de conteúdo que poderia ser encontrada na abordagem, tendo em vista a condição de pobreza em que se encontra grande parte da população latino-americana. Entende-se, assim, que as esferas pública e privada se dividem em prover a população de bens e serviços que atentam fundamentalmente para a questão da sobrevivência (SALCIDO, 2005).

Finalmente, dentre as tipologias que vêm sendo utilizadas pelos estudiosos da pobreza, inspirados na filosofia moral, e que se dispõem a interpretá-la pela via das necessidades

essenciais, duas têm recebido maior destaque. A primeira delas encontra suporte na ética hegeliana e remete o debate ao campo do “bem” e das questões da boa vida (reconhecimento). Já a segunda, a dos teóricos inspirados em Kant, coloca o problema em termos de justiça, do que seria “correto” em termos distributivos (redistribuição) (FRASER, 2007). Como destaca a autora, estas correntes vêm se debatendo na tentativa de estabelecer se o correto teria prioridade sobre o bem, ou vice-versa. Contudo, ela crê que:

essas são falsas antíteses (...). Justiça, hoje, requer *tanto* redistribuição *quanto* reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente. A partir do momento em que se adota essa tese, entretanto, a questão de como combiná-los torna-se urgente. (...) A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença (FRASER, 2007, p. 103).

O problema central colocado pela autora é saber se os paradigmas de justiça habitualmente alinhados com a “moralidade” (o que é o correto) podem dar conta de reivindicações pelo reconhecimento da diferença, do que se entende por uma boa vida. Ou então, se seria necessário, ao contrário, voltar-se para a “ética” (o que é o bem).

1.2 Pobreza como Carência de Capital Social

Pobreza, entendida por este prisma, encerra uma concepção de carência em termos de laços sociais, de redes complexas de reciprocidade e de confiança (TOLEDO, 2005). Sem pretender abordar os antecedentes ou as vertentes do conceito, deseja-se apenas apresentar como a carência de capital social pode estar vinculada à pobreza. Pode-se julgar que a construção e a manutenção das relações sociais e o proveito decorrente de um agrupamento de indivíduos para eles próprios oferecem uma base para a interpretação de que, quem se encontra aliado de um ou mais grupos que possam lhes proporcionar vantagens pessoais e grupais, apresenta um gênero de pobreza específico.

Um exemplo prático do entendimento do conceito de capital social pode ser relatado a partir da experiência do sociólogo Robert Putnam (2006), que realizou estudos empíricos na Itália em busca de elementos que poderiam ter contribuído para a diferença existente entre o desenvolvimento socioeconômico do sul e do norte da Itália. Chegou à conclusão de que havia sistemas e normas que contribuíam para aumentar a eficiência de uma comunidade e que facilitavam ações mais coordenadas, confiança e características próprias de organização social que estavam estreitamente ligadas aos níveis de desenvolvimento econômico destas regiões. Isto é, para o autor, a presença de capital social numa comunidade propicia a tomada de decisão e também a prática de ações envolvendo colaboração e benefício para toda a comunidade.

Já Bourdieu (1980) foi além dos limites econômicos pelos quais o conceito era tradicionalmente visto até então. Deu-lhe aplicação a dimensões simbólicas e não materiais, muito embora essas dimensões também possibilitassem o acesso a recursos econômicos. Para o autor,

o capital social é constituído pelo conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento (BOURDIEU, 1980, p. 2).

Contextualizando a temática especificamente em relação à pobreza, Toledo (2005) faz referência às redes sociais:

As redes sociais podem ser utilizadas para descrever as modalidades das relações ou o lugar em que reside o capital social de uma pessoa. Neste sentido, as redes operam

como um dos recursos básicos de sobrevivência de famílias em condições de pobreza, constituindo, ao mesmo tempo, um dos mecanismos mais importantes para promover a mobilidade social ascendente e o aproveitamento de oportunidades (TOLEDO, 2005, p. 177).

Sobre os estudos que tratam das redes sociais dos pobres na América Latina, na maioria das vezes, a questão da subsistência é o foco principal. A falta de pontos de contato entre os pobres e as pessoas de condições abastadas se mostra evidente quando os grupos não freqüentam as mesmas escolas, os mesmos hospitais, os mesmos locais de lazer, entre outros. Dessa maneira surge uma das premissas que alicerçam a concepção da pobreza como carência de capital social: “a pobreza se relaciona em parte com a falta de capital social de uma pessoa dentro de redes ricas em recursos” (TOLEDO, 2005, p. 178). Partindo dessa premissa, compreende-se que o capital social proporciona impulso para a saída de uma condição de pobreza. E esse processo, por sua vez, sofre determinação conforme se dá a ocorrência de empoderamento junto aos sujeitos pobres, tema a ser tratado na seqüência do trabalho.

1.3 Pobreza como Carência de Empoderamento

De acordo com Toledo (2005), a questão do empoderamento (de *empowerment*) dos pobres pode ser verificada no seguinte sentido: “uma das formas de os pobres poderem adquirir capital social é dando a eles a oportunidade de serem ouvidos e fazer valer suas opiniões” (TOLEDO, 2005, p. 179). Em outras palavras, como decorrência das relações desiguais de poder das quais fazem parte, existe uma grande impossibilidade para que os pobres consigam exercer influência mesmo sobre temas de seu maior interesse.

Os significados presentes no termo “empoderamento” são bastante variados de acordo com o idioma para o qual é realizada a tradução. Os significados locais costumam relacionar empoderamento a

força pessoal, controle, poder pessoal, escolha própria, vida digna em concordância com os próprios valores da pessoa, capacidade de lutar pelos direitos próprios, independência, tomada de decisões próprias, ser livre, despertar, e capacidade. O empoderamento está enraizado nos sistemas de valores e crenças locais. É o valor intrínseco. Também tem valor instrumental. É relevante em nível individual e coletivo. Pode ser econômico, social ou político. Pode ser usado para caracterizar relações dentro dos lares ou entre os pobres e outros atores em nível global. Portanto, há muitas definições possíveis, incluídas definições baseadas em direitos. Em seu sentido mais amplo, empoderamento é a expansão da liberdade de escolha e ação. Isto significa incrementar a própria autoridade e controle sobre os recursos e as decisões que afetam a própria vida (TOLEDO, 2005, p. 180).

As instituições não podem ser deixadas de lado quando a temática em discussão é empoderamento. A expansão dos ativos dos pobres para a participação, negociação, influência e controle também deve manter uma relação estreita com instituições responsáveis que possam gerar influência positiva em suas vidas. O papel do Estado, nesse sentido, pela via do planejamento e implementação de políticas públicas que considerem o elemento do empoderamento, é demasiado importante para proporcionar suporte à questão (TOLEDO, 2005).

Bronzo (2006) faz uma ressalva importante acerca do grau de relevância que o empoderamento pode representar frente à ampliação da capacidade de escolhas dos indivíduos pobres. Ela salienta que é o acesso a diferentes ativos (ou capitais) de maneira sinérgica o que proporciona melhores condições para processos de incorporação ou inserção social. A pobreza crônica, seu foco de atenção, entendida como “extensa no tempo e intensa na multiplicidade de suas determinações” (BRONZO, 2006, p. 1), representa precariedade não

apenas de renda ou de insatisfação de necessidades básicas, mas também agrega aspectos de natureza psico-social, bem como relacionais, o que tende a, muitas vezes, perpetuar a própria condição de pobreza.

2 A Noção Predominante do *Mainstream* das Ciências Econômicas sobre Pobreza

Conforme Hagenaaers e de Vos (1988), todas as definições de pobreza existentes podem ser enquadradas em uma das três categorias seguintes:

- a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta);
- b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa);
- c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

A partir dessa conceituação fundamental, pode-se afirmar que tanto o conceito de *desenvolvimento* como o de *pobreza* sofreram algumas mudanças desde a reconstrução do pós-Segunda Guerra. Srinivasan (1994) comenta que a questão principal no período mais próximo ao pós-guerra era a criação de riqueza, enquanto que a distribuição da mesma não era um ponto que demandasse maior atenção. Isso porque o Estado fazia uso do argumento de que, ao haver crescimento econômico, haveria distribuição dessa riqueza para todas as camadas sociais da população, incluindo as menos favorecidas.

A partir do final da década de 1970, especialmente na década de 1990, ocorreram mudanças nesse sentido. Nesse período, o interesse por questões humanitárias, tais como redução da pobreza, satisfação das necessidades básicas, correção das desigualdades de renda e de bens, o cuidado referente ao aumento da insegurança e da exclusão social, direitos humanos, proteção ao meio-ambiente e a preocupação quanto ao regime político adotado pelas diversas nações, dentre tantos outros, passaram a despertar uma maior atenção de organismos multilaterais, tais como Nações Unidas e Banco Mundial, como também de várias nações, dentre elas o Brasil.

Nesse sentido, uma perspectiva multidimensional de desenvolvimento — aquela fundamentada na satisfação de necessidades essenciais, que na América Latina tem estreita ligação com a carência de bens básicos, em virtude da pobreza generalizada em maior grau que em países econômica e politicamente centrais —, parece ter tomado o lugar das preocupações vinculadas unicamente ao crescimento econômico. No entanto, esta forma de encarar a questão da pobreza acaba por considerar ainda, e apenas, a pobreza absoluta — o que não inova em termos de como enxergar o problema —, desconsiderando a pobreza relativa e a pobreza subjetiva, também elencadas por Hagenaaers e de Vos (1988).

A questão que ainda se coloca importante no que tange ao *mainstream* das ciências econômicas é que permanece havendo uma espera generalizada pelo crescimento econômico para que só então haja distribuição de renda. Além disso, a atenção aos pobres, quando ocorre, dá-se somente em relação às suas necessidades básicas. No Brasil, o crescimento inexpressivo desde a década de 1990, e ao longo dos anos 2000, não permite outra alternativa a não ser a reflexão e a conclusão de que os governantes não desejam outro modelo de atenção aos pobres que não seja o do assistencialismo, e não uma outra espécie que possibilite o questionamento da situação atual e a inclusão desses pobres em outros termos, inclusão em termos de poder, de cidadania, e não apenas em suas necessidades básicas.

A fim de evitar a problemática da pobreza urbana de maneira duradoura, é indispensável a formulação de políticas compensatórias que afetem a distribuição da renda no Estado, de modo a assegurar aos cidadãos a plena integração na sociedade, não meramente pela via do consumo, mas pelo acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia e à plena participação cidadã nos processos decisórios. Assim, embora nem todas as variáveis envolvidas nesta problemática estejam sob controle do Governo do Estado, cabe-lhe, contudo, exercitar ao máximo as possibilidades que se lhe oferecem nesse âmbito (POBREZA URBANA, 1998, p. 56).

Desta citação, extraída de um relatório de diagnóstico elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) sobre a situação de pobreza urbana no estado do Rio Grande do Sul, é possível traduzir um certo olhar sobre o capital social e sobre o papel do Estado em proporcionar condições de vida e de participação na sociedade a todos os indivíduos que a compõem. Usualmente, no entanto, o elemento *renda* ainda é o que prevalece e, por vezes, sobrepuja outras tantas necessidades que, por não afetarem a vida biológica dos indivíduos, passam a ser desconsideradas das necessidades essenciais.

3 A Concepção do Microcrédito Voltado para os Pobres

Pode-se considerar o microcrédito como um programa de empréstimo relativamente recente e de tipo não convencional. Tem como objetivo usual servir ao público de baixa renda (sem exigir que o tomador do empréstimo apresente algum tipo de colateral como garantia) e, ao mesmo tempo, apresentar-se como sustentável financeiramente à instituição bancária que venha a adotar esse modelo de crédito. O microcrédito tem por base a concessão de empréstimos para pequenos grupos de pessoas, e a responsabilidade relativa à concessão desses empréstimos se dá de maneira solidária (aval solidário), visto que é compartilhada pelo grupo tomador do empréstimo. Entende-se ser possível uma responsabilização mútua como a descrita acima já que os parceiros dentro do grupo se conhecem bem, pois usualmente pertencem a uma mesma comunidade (o que abrange a questão da reputação dos indivíduos), viabilizando a realização do monitoramento uns dos outros de maneira eficaz.

O uso do mecanismo de aval solidário compensa as incertezas das instituições bancárias que atuam com microcrédito para os pobres uma vez que os participantes dos grupos devem conhecer muito bem uns aos outros. Os bancos obtêm sucesso especialmente também por outras razões relacionadas a essa condição (SANTOS; TÓFOLI, 2007, p. 4):

- i. Os membros do grupo conhecem o nível de risco potencial de cada tomador de empréstimo;
- ii. Como a responsabilidade pelo pagamento do empréstimo é compartilhada entre todos os membros do grupo, é de interesse de cada um certificar-se de que os demais estão fazendo uso correto dos recursos emprestados, além do que, essa certificação por parte dos membros do grupo é mais fácil de ser realizada em comparação com a o banco, uma vez que os participantes do grupo são, em geral, pessoas próximas;
- iii. Dado que um dos membros tenha declarado ser incapaz de efetuar o pagamento de seu empréstimo, é mais fácil para um outro membro verificar se o projeto daquele indivíduo realmente falhou.

O exemplo originário de Bangladesh, o Grammen Bank, teria nascido da necessidade percebida por Muhammad Yunus — ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006 —, então professor universitário no sudeste de Bangladesh, de fazer algo mais que apenas ensinar teorias econômicas no momento da grande fome que se abateu sobre o país em 1974. Como recorda o próprio Yunus (2003, p. 14-15):

Lembro-me de meu entusiasmo ao ensinar as teorias econômicas, mostrando que elas apresentavam respostas para problemas de todos os tipos. Eu era muito sensível a sua beleza e elegância. Mas de repente comecei a tomar consciência da inutilidade desse ensinamento. Para que poderia ele servir, quando as pessoas estavam morrendo de fome nas calçadas e diante dos portões? (...) A partir do momento que saía da sala de aula me confrontava com o mundo real. (...) Onde estava a teoria econômica que dava conta de sua vida real? Como continuar a contar histórias de faz-de-conta a meus alunos em nome da economia? Eu só tinha um desejo: sair pela tangente, abandonar os manuais, fugir da vida universitária. Queria compreender a realidade que cerca a existência de um pobre, descobrir a verdadeira economia, a da vida real.

Após tanto questionar-se, Yunus e uma aluna sua realizaram um levantamento sobre a região próxima à universidade, onde havia um vilarejo de pessoas carentes que, para colocarem em prática suas atividades de trabalho cotidianas tinham que, em sua maioria, tomar empréstimos recorrentes com algum agiota da região. Este levantamento mostrou que as quarenta e duas famílias tomadoras deste tipo de empréstimo consumiam, em conjunto, apenas vinte e sete dólares naquele momento da pesquisa. Num ímpeto, Yunus teria decidido emprestar de seu próprio bolso vinte e sete dólares às famílias do vilarejo próximo. Seu objetivo era o de que essas devolvessem o valor ao agiota e se livrassem de pagar os juros exorbitantes que haviam assumido até então, uma vez que o professor Yunus não cobraria juros pelo empréstimo, bem como não estipularia um prazo fixo para a devolução dos valores (YUNUS, 2003).

Pouco tempo depois, deu-se conta de que sua atitude havia sido levada mais por questões emocionais e pessoais do que propriamente por consideração para com os indivíduos vítimas daquela situação de penúria. Decidiu que poderia fazer mais pelas pessoas, e não apenas por aquelas quarenta e duas famílias que receberam os vinte e sete dólares. Assim, encaminhou-se ao banco local a fim de convencer seu gerente a oferecer crédito àquelas pessoas.

Atualmente, um décimo da população de Bangladeshⁱⁱⁱ é assistida pelo crédito concedido pelo banco Grameen, sendo que 94% dos tomadores de empréstimo são mulheres que obtêm em média 150 dólares junto ao banco cada uma, havendo um índice de recuperação bancária superior a 98% (YUNUS, 2003). As taxas de reembolso costumam ser bastante altas também em outras instituições de microcrédito (IMCs), como a ASA (Associação para o Avanço Social) com 100% de retorno, e o BRAC (Comitê para o Avanço Rural de Bangladesh) com 98%, conforme informações referentes aos anos de 1992 e 1993 (JAHANGIR; ZELLER, 1995). Estudos apontam que metade das pessoas que tomaram empréstimo junto ao banco Grameen transpuseram a linha de pobreza nos últimos dez anos, e outro quarto dessa população estaria perto de ultrapassar essa linha (YUNUS, 2003).

De acordo com Robinson (2001), além do banco Grameen, também há outras IMCs consideradas internacionalmente bem sucedidas, como o Banco Rakyat, da Indonésia (que atende fundamentalmente pessoas da zona rural, mas também tem seu foco de atenção em algumas regiões de baixa renda em zonas urbanas), e o Banco Sol, da Bolívia (que tem como clientes micro-empresários de regiões urbanas).

Mazzutti (2005) afirma que as pessoas pobres usualmente não têm acesso a empréstimos de bancos comerciais. Não por não possuírem bens, mas porque seus bens (terras, animais, etc.) muitas vezes têm baixo valor de mercado. Dessa maneira, sem garantia^{iv} para os empréstimos demandados junto aos bancos (além dos bancos esperarem incorrer em perdas ao lidar com este tipo de público), a necessidade ocasiona uma oportunidade para os agiotas, que trabalham no setor informal, única maneira pela qual o crédito se torna possível para essas pessoas.

Conforme Hawser (2007) aponta, no entanto, grandes bancos têm-se interessado em oferecer microcrédito especialmente em países em desenvolvimento. Por meio das microfinças (empréstimos que rondam os valores de 15 a 200 dólares), geralmente, pequenos negócios são estabelecidos, sustentados ou expandidos. A autora traz em seu artigo uma pequena discussão acerca de se é considerado um progresso significativo uma mulher passar a ganhar 4 dólares em vez de 1 dólar, e também sobre as taxas de juros cobradas, que rondam entre 18% e 60%. O CEO e presidente da Fundação Grameen (de Bangladesh), Alex Counts, argumenta que se milhares ou milhões de pessoas sofrerem tal mudança em suas vidas, isso pode vir a representar uma grande mudança em nível agregado. Quanto às taxas de juros cobradas, Counts justifica seus argumentos dizendo que o objetivo dos bancos que oferecem microcrédito para os pobres não é obter um grande lucro como os bancos comerciais

convencionais, mesmo porque as taxas geralmente cobradas nas transações de microcrédito se encontram abaixo das taxas comumente cobradas no mercado local, que ficam em torno de 100%.

Ao longo das obras que tratam de microcrédito para os pobres, em geral, percebe-se que se trata fundamentalmente de alcançar necessidades básicas às pessoas que talvez jamais tenham tido a oportunidade de vislumbrar algo diferente para suas vidas. Contudo, apesar da mudança em Bangladesh ser colocada como “radical” por Yunus (2003) em algum sentido, entende-se que o método de combate à pobreza ainda se mostra basicamente voltado para sanar problemas de ordem econômica das pessoas. Provavelmente, os autores que pensam a pobreza nesses contornos devem esperar que, dessa maneira, seja possível promover (seja imediatamente ou aos poucos) o preenchimento de outras dimensões importantes da vida dos pobres a quem concedem os empréstimos. No entanto, estas outras dimensões da vida, relativas a uma noção mais ampla do que venha a se considerar *pobreza*, a prática do microcrédito não permite que se reflita, simplesmente porque não faz parte de suas atribuições (COMTE-SPONVILLE, 2005). Dessa maneira, julga-se que as razões apontadas anteriormente por Santos e Tófoli (2007) servem muito mais como garantia dos bancos do que propriamente como um comportamento resultante dessa modalidade de empréstimo.

4 O Ideário Subjacente ao Microcrédito e suas Inter-Relações com o Conceito de Pobreza

Nas duas últimas décadas, o Estado tem aberto mão cada vez mais de seu papel de protagonista que lhe foi imputado historicamente, no sentido de sua responsabilidade em relação ao bem-estar social, realizando um papel cada vez mais secundário no que diz respeito a ações práticas nesse sentido. Concomitantemente a essa tendência, percebe-se o crescimento expoente de diversos tipos de associações da sociedade civil, muitas delas praticando ações voltadas às comunidades de onde são provenientes, negando-se a aceitar passivamente a condição de carência desses grupos sociais.

O conceito de pobreza é algo que muda de acordo com a perspectiva político-ideológica pela qual se olha a questão, não cabendo, portanto, uma discussão teórica que deseje colocar um ponto final à temática. Contudo, tendo como referência a descrição de Yunus (2003) sobre a origem do microcrédito para os pobres em Bangladesh, bem como o referencial sobre pobreza tratado neste trabalho, compreende-se que a modalidade de microcrédito para os pobres atualmente vigente está intrinsecamente relacionada com a pobreza como carência de necessidades essenciais, muito embora em diversas passagens dos textos sobre microcrédito conceba-se pobreza como carência de necessidades essenciais praticamente como sinônimo de pobreza como carência de empoderamento.

Isso se explica na medida em que o microcrédito para os pobres, tal como usualmente é apresentado, só é possível em situação de extrema carência como, por exemplo, perda do emprego ou trabalho, situação de exclusão do mercado de trabalho, destituição de terra para produzir, ou ainda uma forte condição de desigualdade entre os gêneros, tal como ocorre em Bangladesh. Conseqüentemente, a mulher pobre passa a ser o foco da atenção das IMCs para os pobres não só em Bangladesh, mas em muitos países onde a cultura ainda é fortemente patriarcal. Quanto a essa questão, Yunus (2003, p. 117) explica que:

O dinheiro, quando utilizado por uma mulher numa família, beneficia mais o conjunto dos membros do que quando é utilizado por um homem. Além disso, o leque de prioridades dos homens é bem diferente do das mulheres, e as crianças não constituem para eles uma prioridade absoluta. Quando um pai miserável começa a aumentar sua renda, ele primeiro se ocupa de si mesmo. Nessas condições, por que o Grameen confiaria nos homens?

Adicionalmente, pode-se notar que dentro da gama de diferentes necessidades essenciais possíveis de serem atendidas, apenas algumas são mais prováveis, dado o que as IMCs podem oferecer. Conforme algumas necessidades básicas lembradas por Salcido (2005), questões relacionadas às necessidades de abrigo, de alimentação e de convivência social, por exemplo, podem ser atendidas por este tipo de iniciativa na medida em que a geração de renda é possível, bem como a convivência social, uma vez que o aval solidário implica a formação de um grupo para que seja possível obter um empréstimo.

Contudo, o que provoca uma maior reflexão junto a essa temática, tendo em vista o que já fora exposto em relação à pobreza e à pobreza no Brasil, especificamente, é a questão da possibilidade de atendimento de necessidades básicas que prevalece em relação ao atendimento de outros elementos ligados à pobreza, como capital social e empoderamento. A questão principal, como já colocado anteriormente, é a relevância que essas IMCs podem representar em termos de geração de renda para a vida dos indivíduos que tomam empréstimo e de suas famílias, o que afeta num curto prazo essencialmente apenas as necessidades básicas desses indivíduos. Assim, entende-se que num contexto de pobreza absoluta e extrema, como é a situação de vida de uma grande parcela de brasileiros, parece haver uma tendência a que essas pessoas sintam-se atraídas pelo microcrédito apenas como uma possível saída para sua situação crítica de vida, o que afeta diretamente a questão da carência de necessidades básicas, mas não necessariamente a questão do capital social e do empoderamento.

A carência de capital social, por exemplo, implicando em falta de laços sociais, de redes complexas de reciprocidade e de confiança, em termos de microcrédito, não mantém relação com as redes sociais dos pobres na América Latina (TOLEDO, 2005). O que fica caracterizado por este autor como a falta de capital social na América Latina é a ausência de pontos de contato entre os pobres e pessoas que freqüentam “redes ricas em recursos” (TOLEDO, 2005, p. 178). No entanto, pelo ponto de vista da pobreza como carência de capital social, o microcrédito não estaria reproduzindo a pobreza uma vez que o capital social que se espera que desenvolvam se daria entre os pobres, pois somente por meio da formação de grupos é que se torna possível a obtenção de um empréstimo.

A carência de empoderamento, por sua vez, implicando em falta de “oportunidade de serem ouvidos e fazer valer suas opiniões” (TOLEDO, 2005, p. 179) representa as relações desiguais de poder das quais os pobres fazem parte. Assim, existiria uma grande impossibilidade para que os pobres conseguissem exercer influência mesmo sobre temas de seu maior interesse. De acordo com Toledo (2005, p. 180), “o empoderamento está encravado nos sistemas de valores e crenças locais. É o valor intrínseco. Também tem valor instrumental. É relevante em nível individual e coletivo”. Contudo, em termos de microcrédito, que traz uma ideologia exógena àquele meio representado pelas comunidades em que está envolvido, isso pode vir a reprimir iniciativas genuinamente locais de expressão ou de descoberta de valores e crenças do grupo ou da comunidade. E o incremento da própria autoridade dos pobres pode apresentar uma tendência a se mostrar falho em decorrência disso.

Em suma, entende-se que prevalece o ideário do *mainstream* das Ciências Econômicas subjacente às iniciativas de microcrédito para os pobres na medida em que esta forma de encarar a questão da pobreza acaba por considerar ainda, e apenas, a pobreza absoluta — o que não inova em termos de como enxergar o problema —, desconsiderando a pobreza relativa e a pobreza subjetiva, também elencadas por Hagenaaers e de Vos (1988). No que se refere à abrangência do microcrédito junto às demais formas de pobreza (carência de capital social e carência de empoderamento), algumas dúvidas ficam sem resposta. Entretanto, acredita-se que possam ser melhor exploradas e respondidas ao se estudar casos específicos de microcrédito para os pobres no Brasil.

Considerações Finais

O discurso daqueles que praticam ou que simpatizam com o microcrédito para os pobres mantém uma íntima relação com o conceito de pobreza, conceito este observado neste momento apenas em sua perspectiva econômica. Se atualmente vários pesquisadores tentam enriquecer o conceito de pobreza (SALGADO, 2005), é necessário atentar com que tipo de pobreza certos autores dialogam. Dados os referenciais alusivos aos temas do microcrédito e da pobreza, a face econômica é a que ainda predomina sobre as demais.

Qualquer empreendimento que funcione dentro das fronteiras do capitalismo está fadado a satisfazer apenas certas facetas da vida das pessoas, não havendo a possibilidade de se ambicionar algo para o qual o capitalismo não tenha se constituído (COMTE-SPONVILLE, 2005). Quando Dupas (1999) fala, por exemplo, sobre os problemas no centro e na periferia do capitalismo e os impactos na quantidade, qualidade e localização dos empregos, retrata uma realidade internacional que não pode ser negada e que tampouco pode ser negligenciada por qualquer aporte teórico que tenha como pretensão a legitimação no campo.

Portanto, sustenta-se que, sendo a realidade do microcrédito ainda recente no Brasil, faz-se necessária uma profunda reflexão acerca de suas bases teóricas e do que se espera com a adoção no microcrédito nesse território. Justamente, foi com o propósito de propor uma reflexão teórica que, antes de apresentar o microcrédito, tratou-se das diferentes nuances da pobreza, sem que se tenha desejado esgotar a temática. Até mesmo porque a dinâmica imbricada em tal objeto de discussão tem cada vez mais trazido circunstâncias e olhares específicos à luz de diferentes teorias.

Por fim, deve-se ressaltar que não houve a pretensão de esgotar a discussão sobre pobreza, tampouco sobre microcrédito, mesmo porque a extensão de um artigo não o permitiria. É importante salientar que muitas publicações de diversos campos teóricos apresentam outras possibilidades de interpretações da pobreza, assim como acredita-se que novas (ou revisitadas) possibilidades ainda devam vir a público. Também o microcrédito apresenta suas vertentes, embora não tenha sido oportuno apresentá-las neste trabalho dado um maior interesse em trazer informações sobre o microcrédito para os pobres para a discussão que se propôs desenvolver neste trabalho.

Espera-se que um crescente número de reflexões sobre microcrédito tenda cada vez mais a se realizar na medida em que houver a incorporação não só da pobreza, mas da cultura, dos costumes e dos valores nacionais, regionais e comunitários nas práticas das instituições de microcrédito para os pobres. Permanece como intenção realizar em um futuro trabalho uma análise de iniciativas de microcrédito para os pobres especificamente no território brasileiro com o intuito de verificar em campo as reflexões fundamentais que foram discutidas neste trabalho.

Referências

- BOURDIEU, P. Le Capital Sociale: Notes Provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3, 1980.
- BRONZO, C. Políticas Locais de Inclusão Social, Autonomia e Empoderamento: Reflexões Exploratórias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 30, 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2006.
- COMTE-SPONVILLE, A. *O Capitalismo é Moral?* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUPAS, G. *Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- FRASER, N. Reconhecimento sem Ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.
- JAHANGIR, A.; ZELLER, M. Overview Paper on Rural Finance Programs for the Poor in Bangladesh: a Review of Six Major Programs. *International Food Policy Research Institute*, Washington, DC, 1995.
- HAGENAARS, A; DE VOS, K. The Definition and Measurement of Poverty. *The Journal of Human Resources*, v. 23, n. 2, p. 211-221, 1988.
- HAWSER, A. Big Banks Eye Micro Market. *Global Finance*, v. 21, n. 6, p. 24-26, jun. 2007.
- MAZZUTTI, C. *Microfinanças no Brasil: afinal, existe um trade-off entre o foco na pobreza e a sustentabilidade financeira?* 186 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- POBREZA URBANA. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1998.
- PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- ROBINSON, M. S. The Micro Finance Revolution: Sustainable Finance for the Poor. *The World Bank*, p. 150-168, 2001.
- SALCIDO, G. Necessidades Essenciais e Pobreza: Conceitos e Alternativas para as Políticas de Desenvolvimento. In: CATTANI, A.; DÍAZ, L. (Org.). *Desigualdades na América Latina: Novas Perspectivas Analíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- SALGADO, J. Elementos Conceituais para a Construção de uma Teoria Sociológica da Carência. In: CATTANI, A.; DÍAZ, L. (Org.). *Desigualdades na América Latina: Novas Perspectivas Analíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- SANTOS, D. G.; TÓFOLI, P. V. *Empréstimos em Grupo e seus Efeitos na Redução da Assimetria de Informação*. Mimeo. 2007.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, A. *Uma Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*. São Paulo: Hemus, 1981.
- SOUZA, Jessé. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SRINIVASAN, T. N. Human Development: a New Paradigm or Reinvention of the Wheel? *American Economic Review*, v. 84, n. 2, p. 238-243, 1994.
- TOLEDO, F. Capital Social, Desenvolvimento e Redução da Pobreza: Elementos para um Debate Multidisciplinar. In: CATTANI, A.; DÍAZ, L. (Org.). *Desigualdades na América Latina: Novas Perspectivas Analíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- YUNUS, M. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Ática, 2003.

Notas

ⁱ Existem diversas modalidades de microcrédito, algumas voltadas para os produtores rurais, outras para as zonas urbanas, e ainda as que são voltadas para os pobres. Neste trabalho, apenas coloca-se atenção sobre a modalidade com que se pretende atender aos pobres.

ⁱⁱ Capacitação designa um tipo de liberdade: a liberdade para se ter estilos de vida diversos. Por exemplo, entre uma pessoa abastada que faz jejum e uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda, já que a primeira *pode* escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda.

ⁱⁱⁱ Essa parcela da população equivale a, aproximadamente, doze milhões de pessoas.

^{iv} Este tipo de garantia referente ao empréstimo junto a um banco também pode ser denominada “colateral”.